

FACETAS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Coordenação

FERNANDO ANTONIO GONÇALVES C. SARAIVA

Organização

LUCIA VIDIGAL ZIMMERMANN

Autores

ALEXANDRE RAMOS

ANA PAULA ROSA

ARMANDO HÉLIO ALMEIDA

MONTEIRO DE MORAES

BRUNO MACEDO DANTAS

CRIS OLIVIERI

DANIEL MEIRELLES FERREIRA

DIOGO DE MELLO PAIVA FERREIRA

FABIANO SOARES

FABIO SEMERARO JORDY

FERNANDO ANTONIO GONÇALVES
C. SARAIVA

FERNANDO HENRIQUE P. L.
GONÇALVES SARAIVA

FREDERICO CARVALHO RABELO

GUSTAVO ZIMMERMANN

JAIR JALORETO

KARINE SAGGIN COELHO

LYSIANNE ALCÂNTARA OLIVEIRA
BARBOSA

MICHELLE CRISTINE DA GRAÇA
ARAUJO

PEDRO CELESTINO

RAFAEL PEREIRA DE SOUZA

RAFAEL POLES

ROBERTO CHIKUSA

SÉRGIO SCHWARTSMAN

SORAYA SALOMÃO

THALES MOTTI FERNANDES



LTr Editora Ltda.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP — Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Dezembro, 2019

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: GRAPHIEN DIAGRAMAÇÃO E ARTE
Projeto de Capa: DANILO REBELLO
Impressão: PSP DIGITAL

versão impressa — LTr 6262.0 — ISBN 978-85-301-0120-6
versão digital — LTr 9666.1 — ISBN 978-85-301-0149-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Facetas do direito tributário / coordenação Fernando Antonio
Gonçalves C. Saraiva ; organização Lucia Vidigal Zimmermann. — São
Paulo : LTr, 2019.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-301-0120-6

1. Direito tributário 2. Direito tributário — Brasil I. Saraiva, Fernando
Antonio Gonçalves C. II. Zimmermann, Lucia Vidigal.

19-30878

CDU-34:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Cibele Maria Dias — Bibliotecária — CRB-8/9427

COLEÇÃO LEXNET — 9º VOLUME:
FACETAS DO
DIREITO TRIBUTÁRIO
SUMÁRIO

A) APRESENTAÇÃO — COLEÇÃO LEXNET.....	13
B) PALAVRA DO COORDENADOR.....	15
C) OS AUTORES	19

Artigo 1

**DETERMINANTES DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS: RAÍZES DA CRISE
ATUAL E OS CONTORNOS DAS MODIFICAÇÕES PROPOSTAS**

GUSTAVO ZIMMERMANN

1. Introdução	27
2. A tributação na Constituição de 1824.....	30
3. A Constituição de 1891: o sistema tributário na economia agroex- portadora	30
4. A Constituição de 1934 e a descentralização das receitas públicas.....	31
5. A Constituição de 1937: a tributação para um Estado urbano e industrial.	32
6. A Constituição de 1946: redescentralização das finanças públicas	33
7. A Constituição de 1966: um sistema apropriado para um país industria- lizado	33
8. O sistema tributário na Constituição de 1988	34
9. A perda da racionalidade	35
10. A reforma tributária de 2019/20: dificuldades e necessidades	36
11. Considerações finais.....	41
12. Referências.....	41

Artigo 2

BUROCRACIA TRIBUTÁRIA

FERNANDO ANTONIO GONÇALVES C. SARAIVA, FERNANDO HENRIQUE P. L.
GONÇALVES SARAIVA E THALES MOTTI FERNANDES

1. Súmula.....	43
2. Carga tributária	43
2.1. Distribuição da carga tributária por elementos econômicos	44
2.2. Distribuição da carga tributária e das receitas por ente federativo.	49
3. Obrigação acessória — função e terminologia.....	51
3.1. “Tributação ótima”	52

3.1.1. Transparência do sistema tributário brasileiro.....	53
3.1.2. Complexidade do sistema tributário brasileiro.....	55
3.2. Distorções causadas pelas incontáveis obrigações acessórias na carga tributária brasileira.....	58
3.2.1. Nascimento desenfreado de novas obrigações acessórias.....	59
3.3. “Nos Conformes” como programa a fim de “desburocratizar” o sistema tributário paulista	60
4. Conclusão	62
5. Referências.....	63

Artigo 3

APURAÇÃO DE CRÉDITO DO PIS E DA COFINS NO REGIME NÃO-CUMULATIVO NO VAREJO

ANA PAULA ROSA

1. Introdução.....	67
2. O conceito de insumo na sistemática da não-cumulatividade do PIS e da COFINS.....	68
3. Exclusão dos insumos da base de cálculo do PIS/COFINS no regime da não-cumulatividade	72
4. Critérios de essencialidade ou relevância	74
5. PIS/COFINS não-cumulativo no varejo.....	74
6. Conclusão	78
7. Referências.....	80

Artigo 4

POSSÍVEL QUESTIONAMENTO QUANTO A INCIDÊNCIA DO PIS E DA COFINS SOBRE AÇÕES COMERCIAIS RESULTANTES EM REAJUSTES DE CUSTO DE MERCADORIAS EM ESTOQUE

ROBERTO CHIKUSA

1. Introdução.....	83
2. Das contribuições sociais	84
2.1. Regime monofásico.....	87
3. Das ações comerciais	88
3.1. Tributação monofásica.....	93
4. Posição da Secretaria da Receita Federal do Brasil e jurisprudência.....	96
5. Conclusões.....	99
6. Referências.....	100

Artigo 5

DÉBITOS DE IPTU NÃO ACOMPANHAM TRANSFERÊNCIA DE BENS
DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

MICHELLE CRISTINE DA GRAÇA ARAUJO

1.	Introdução	101
2.	Breves considerações sobre o IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano	102
3.	A sucessão de bens imóveis a terceiros sem a incidência de tributos	103
4.	A figura jurídica da Sociedade de Propósito Específico utilizada como meio de recuperação da atividade empresarial	108
5.	Referências	110

Artigo 6

ITBI NA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM IMÓVEL

PEDRO CELESTINO E LYSIANNE ALCÂNTARA OLIVEIRA BARBOSA

1.	Do ITBI — Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> de Bens Imóveis e Direitos a ele relativos	113
1.1.	Da definição e aspectos do fato gerador	113
1.2.	Das alíquotas nas capitais dos principais estados brasileiros — SP, RJ, MG, BA	116
2.	Da imunidade constitucional do ITBI na integralização de capital social com imóvel	117
2.1.	Da regra prevista no art. 156, § 2º, inciso I, da CF	117
2.2.	Da exceção em relação às sociedades com atividades preponderantemente imobiliárias	120
2.3.	Da questionável cobrança pelos municípios do ITBI sobre a diferença do capital subscrito e o valor de mercado do imóvel	124
3.	Conclusão	125
4.	Referências	127

Artigo 7

LOCAL DO RECOLHIMENTO DO ISS NAS OBRAS CIVIS
DE IMPLANTAÇÃO DOS PARQUES EÓLICOS

BRUNO MACEDO DANTAS

1.	Do ISSQN incidente sobre obras de engenharia	129
1.1.	Do contexto histórico: a grave crise fiscal vivenciada pelos municípios e a frequente ocorrência do fenômeno da bitributação	129

1.2. Do local de recolhimento do ISSQN: da regra prevista nos arts. 3º, III, e 4º, da Lei Complementar n. 116, de 2003.....	130
1.3. Do entendimento pretoriano: a obra como uma universalidade....	131
1.4. Do tratamento do “canteiro de obra” como unidade econômica e profissional da empresa.....	135
2. Da conclusão.....	135
3. Referências.....	135

Artigo 8

INCENTIVOS FISCAIS À CULTURA PARA EMPRESAS

CRIS ● LIVIERI

1. Modelo das leis de incentivo à cultura em vigor.....	137
1.1. Lei federal de incentivo fiscal à cultura.....	138
1.2. Atividades com 100% de incentivo fiscal.....	140
1.3. Outras atividades.....	141
2. Pagamento e recibo.....	143
3. Como usar os benefícios.....	144
4. Retribuição publicitária e vantagem indevida.....	144
5. Governança.....	147
6. Responsabilidade do patrocinador.....	148
7. Lei do Audiovisual.....	148
7.1. Investimento (art. 1º).....	149
7.2. Patrocínio.....	150
7.3. Remessas ao exterior.....	151
7.4. Limites das deduções incentivadas para cultura.....	152
8. Outros benefícios fiscais federais.....	152
9. Incentivos estaduais.....	152
10. Cuidados no uso do incentivo fiscal.....	154
11. Referências.....	155

Artigo 9

PENSÃO ALIMENTÍCIA, TRIBUTAÇÃO E DEDUÇÃO NO IMPOSTO DE RENDA

SORAYA SALOMÃO E FABIANO SOARES

1. Introdução.....	159
2. Análise histórica da pensão alimentícia e imposto de renda.....	159

3.	Alimentos ou pensão alimentícia	161
4.	Imposto de renda	162
5.	Imposto de renda sobre pensão alimentícia	164
6.	Como declarar a pensão alimentícia no imposto de renda	165
7.	Conclusão	166
8.	Referências.....	166

Artigo 10

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SUCESSÃO

DANIEL MEIRELLES FERREIRA

1.	Introdução	169
2.	Tributação sobre o patrimônio.....	170
2.1.	Imposto de Renda.....	170
2.2.	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer bens ou direitos (“ITCMD”).....	171
2.3.	Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (“ITBI”)	171
3.	Sucessão por ato <i>inter vivos</i>	172
3.1.	Doação.....	172
3.1.1.	O ITCMD na doação	173
3.1.1.1.	Imposto de doação inferior ao de herança	174
3.1.1.2.	Incorporação de bem imóvel ao patrimônio de pessoa jurídica	174
3.1.1.3.	Titular de patrimônio não relevante.....	175
3.1.1.4.	O problema da compra e venda a herdeiros em vez da doação	176
3.1.2.	O IR na doação.....	176
3.1.2.1.	Transmissão de imóvel adquirido até 31.12.1988.	177
3.1.2.2.	Transmissão de imóvel adquirido após 14.10.2005	177
3.1.2.3.	Bem imóvel residencial	178
3.1.2.4.	Alienação do único imóvel	178
3.1.2.5.	Permuta de unidade imobiliária sem torna	178
3.2.	Testamento.....	178
3.3.	Planos de previdência privada — VGBL e PGBL.....	179
3.4.	<i>Holdings</i> imobiliárias	180
3.4.1.	ITBI na transferência do imóvel para a <i>holding</i> imobiliária.....	182
3.4.2.	Tributação da <i>holding</i> imobiliária na sucessão.....	183
3.4.3.	Tributação na locação de imóveis pela <i>holding</i> imobiliária	183
3.4.4.	Tributação na venda de imóvel pela <i>holding</i> imobiliária	184

3.5. Fundos de investimento	184
4. O planejamento tributário na sucessão <i>causa mortis</i>	186
4.1. ITCMD na sucessão <i>causa mortis</i>	187
4.2. IR na sucessão <i>causa mortis</i>	188
5. Conclusão	189
6. Referências.....	189

Artigo 11

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E PREVIDENCIÁRIA — CONCEITOS E ATUALIDADES

JAIR JALORETO E RAFAEL POLES

1. Introdução. A penalização do ilícito fiscal e previdenciário no Brasil.....	191
2. Tipos penais.....	193
3. A responsabilidade criminal.....	197
4. Presunção de omissão de rendimentos.	197
5. O princípio da insignificância	198
6. Da suspensão e da extinção da punibilidade.....	198
7. Da garantia do débito fiscal	199
8. Conclusão — O Direito Penal Tributário no Brasil.....	200
9. Referências.....	201

Artigo 12

A PEJOTIZAÇÃO DA PESSOA FÍSICA — DA APARENTE REDUÇÃO DOS TRIBUTOS

SÉRGIO SCHWARTSMAN

1. Introdução	203
2. Definição de encargos trabalhistas e sociais — Custo Brasil	206
2.1. Do FGTS.....	209
2.2. Das contribuições previdenciárias	209
3. A “pejotização” e a nova legislação trabalhista	210
4. A aparente redução de tributos	212
5. Entendimento dos Tribunais	213
6. Conclusão	215
7. Referências.....	216

Artigo 13

**QUANDO O ICMS-ST COBRADO NA ENTRADA INTERESTADUAL
É ELEVADO PARA IMPEDIR A ENTRADA DE PRODUTOS
FABRICADOS EM OUTROS ESTADOS**

RAFAEL PEREIRA DE SOUZA

1.	Colocação do problema.....	219
2.	O limite para os Estados já existe. Não se pode exacerbar o valor do ICMS-ST para proteger a indústria local	223
3.	As opções de procedimentos para os prejudicados	229
4.	Conclusão	231
5.	Referências	231

Artigo 14

CONTRATOS DE GESTÃO E IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA

ARMANDO HÉLIO ALMEIDA MONTEIRO DE MORAES

1.	Súmula.....	235
2.	A gênese e o desenvolvimento dos contratos de gestão	235
3.	Distinção entre contrato de gestão e contrato de prestação de serviços	244
4.	A imunidade tributária.....	246
	4.1. A imunidade recíproca.....	246
5.	Conclusão	254
6.	Referências.....	255

Artigo 15

**IMPOSTO DE RENDA SOBRE O GANHO DE CAPITAL
NA OPERAÇÃO DE VENDA DE IMÓVEL RURAL**

KARINE SAGGIN COELHO

1.	Introdução	259
2.	Tributação do Imposto de Renda para venda de imóvel rural. Vigência da Lei n. 9.393/1996. Utilização do VTN para base de cálculo do ganho de capital	260
3.	Benefícios ao contribuinte. Possibilidade de redução/isenção do Imposto de Renda na venda de imóvel rural.....	263
4.	Consulta n. 118 — Cosit, de 26 de março de 2019.....	265
5.	Instrução Normativa SRF n. 84/2001	266
6.	Conclusão	268
7.	Referências.....	269

Artigo 16

EXCLUSÃO DO FRETE DA BASE DE CÁLCULO DO IPI

FABIO SEMERARO JORDY

1.	O Sistema Constitucional Tributário e a Lei Complementar	271
2.	A base de cálculo do IPI	272
3.	Inconstitucionalidade formal da inclusão do frete na base de cálculo do IPI	273
4.	Conclusão	277
5.	Referências.....	278

Artigo 17

DIREITO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS SOBRE DESPESAS
COM FRETE INTERNO OU DE LOGÍSTICA –
ESSENCIAL E RELEVANTE!

ALEXANDRE RAMOS

1.	Introdução	279
2.	Marco de definições sobre creditamento do PIS e da COFINS.....	280
3.	Entendimento jurisprudencial.....	281
4.	Considerações finais.....	285
5.	Referências.....	285

Artigo 18

LOGÍSTICA REVERSA E TRIBUTAÇÃO COMO FATOR CRÍTICO
DE SUA IMPLANTAÇÃO

DIOGO DE MELLO PAIVA FERREIRA E FREDERICO CARVALHO RABELO

1.	Introdução	287
2.	A política nacional de resíduos sólidos	288
3.	Acordos setoriais	290
4.	Logística reversa – exigência para a emissão de licenças ambientais no Estado de São Paulo.....	291
5.	Tributação de resíduos sólidos	292
6.	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”).....	295
7.	Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“PIS/COFINS”).....	297
8.	Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”).....	298
9.	Conclusão	300
10.	Referências.....	301